

99
25

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº: 0294103-3

COMARCA: Paulista

AGRAVANTE: Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado
de Pernambuco - FUNAPE

AGRAVADA: Maria da Conceição Martins Dias

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE DE SERVIDOR PÚBLICO. COMPANHEIRA. EVIDÊNCIAS CONCRETAS INDICATIVAS DE CONSTÂNCIA DA UNIÃO ESTÁVEL. 1. A questão de fundo versa sobre a percepção de pensão por morte de servidor público estadual, por quem se afirma companheira em regime de união estável. 2. De proêmio, registrou-se que não há óbice à antecipação de tutela meritória contra a Fazenda Pública em matéria previdenciária, nos termos da Súmula 729 do STF. 3. Seguindo a máxima romana *tempus regit actum*, a lei vigente na data do fato gerador do benefício (*in casu*, a data do óbito do instituidor) é a que rege os termos de sua concessão. 4. Verifica-se, segundo a documentação acostada aos autos, que o óbito do ex-segurado ocorreu em 04.11.2007, razão pela qual a legislação de regência no caso em exame é a Lei Complementar Estadual nº 28, de 14.01.2000 (DOPE de 15.01.2000). 5. No caso dos autos, há evidências concretas indicativas da constância da união estável (asseverada pela agravada e exigida pelo art. 27, I, da LC 28/00) mantida entre o *de cujus*, que era viúvo, e a Sra. Maria da Conceição Martins Dias, até a data do óbito do ex-segurado, notadamente a inclusão da autora/agravada como dependente do ex-segurado perante o SASSEPE ('Autorização para desconto em folha retroativo'), inclusão esta efetuada por vontade própria do *de cujus*, bem como o 'Contrato de Locação' firmado pelo casal, referente ao período de 12 de maio de 2003 a 12 de novembro de 2005, e prorrogado até 30 de setembro de 2007, e a 'Declaração' prestada pelo Condomínio Residencial Parque do IPÊ, atestando que o casal nele residia nos últimos quatro anos (2003 a 2007). 6. Depreende-se, também, do documento acostado à fl. 44 ('Carteira de Habilitação' emitida pelo IRH), que a autora/agravada era cadastrada perante o IRH - Instituto de Recursos Humanos como 'cônjuge' do ex-segurado, que a considerava como sua 'companheira', conforme se verifica da 'declaração' (fl. 45) por ele assinada. 7. Ademais, a autora/agravada acostou aos autos cópia da Ação Declaratória de União Estável (nº 2629-78.2010.8.17.1090), que tramitou perante o Juízo de Direito da 1ª Vara de Família e Registro Civil da Comarca de Paulista, e reconheceu, por sentença judicial transitada em julgado, a união estável por ela mantida com o ex-servidor. 8. Assim, tem-se por caracterizada a relevância da fundamentação suficiente à concessão da liminar *initio litis*. 9. Agravo de Instrumento improvido.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Agravo de Instrumento nº 0294103-3, acima referenciado, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, por unanimidade dos votos, em negar-lhe provimento, nos termos do voto do relator, que integra o acórdão.

Recife, 27 de maio de 2013 (data do julgamento).


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator

94u



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº: 0294103-3

COMARCA: Paulista

AGRAVANTE: Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado
de Pernambuco - FUNAPE

AGRAVADA: Maria da Conceição Martins Dias

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO

Trata-se de **Agravo de Instrumento**, com pedido de atribuição de **efeito suspensivo**, ajuizado pela **FUNAPE** em face de decisão interlocutória proferida pelo Exmo. Sr. Juiz de Direito da Vara da Fazenda Pública da Comarca de Paulista, que, nos autos da **Ação Ordinária nº 0009646-97.2012.8.17.1090**, concedeu a liminar (fls.54/61) pleiteada pela autora, ora agravada, nos termos abaixo transcritos:

*"Diante do exposto, **CONCEDO A ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA DE MÉRITO REQUERIDA**, para determinar à FUNAPE, a implantação do benefício de pensão por morte da autora no prazo de 48 horas, sob pena de multa por cada mês em que não for implantado o benefício no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais). (...)".*

Na ação em tela, pleiteia a autora/agravada, a percepção do benefício de pensão por morte de seu ex-companheiro e ex-segurado da FUNAPE, Aldo de Almeida Portela, falecido em 04.11.2007 (fl.35), uma vez que tal pleito foi indeferido administrativamente (fls.37/38).

Aduz que conviveu maritalmente com o ex-segurado por 20 (vinte) anos, dele dependendo economicamente, e com ele permanecendo sob o mesmo teto até a data de seu falecimento, razão pela qual entende fazer jus ao referido benefício.

Em sede administrativa, a Fundação agravante indeferiu o pleito de pensionamento em foco (fls.37/38) ante a ausência da documentação necessária à comprovação da convivência marital da requerente com o ex-segurado até a data de seu óbito, nos termos constantes do art. 27, I, da Lei Complementar Estadual nº 28, de 14.01.2000 (DOPE de 15.01.2000) c/c o art. 1.723 do Código Civil e c/o art. 21, inciso V, alíneas "e" a "r", da Instrução Normativa FUNAPE Nº 001/2006.

Em suas razões recursais (fls.02/16), argüi a FUNAPE: (i) a vedação à concessão da tutela antecipada contra a Fazenda pública, posto que a tutela pleiteada envolveria o pagamento de vencimentos, proventos, ou qualquer espécie de vantagem pecuniária à autora/agravada, o que seria vedado pelo § 2º do art. 7º

95u



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

da Lei Federal nº 12.016/2009, na forma do §5º do referido artigo, e ofenderia aos arts. 1º e 2º-B da Lei nº 9.494/97 e ao art. da Lei nº 9.494/97; (ii) a ausência dos pressupostos legais necessários à concessão da antecipação de tutela (verossimilhança das alegações da autora/agravada e prova inequívoca do direito alegado); (iii) a ausência da documentação necessária à comprovação da convivência marital/união estável mantida entre a requerente e o ex-segurado até a data de seu óbito, nos termos constantes do art. 27, I, e § 2º, da Lei Complementar Estadual nº 28, de 14.01.2000 (DOPE de 15.01.2000), do art. 21, inciso V, alíneas “e” a “r”, da Instrução Normativa FUNAPE Nº 001/2006, e do art. 9º, §1º, da Instrução Normativa FUNAPE Nº 005/2009; (iv) que a sentença declaratória de união estável proferida pelo Juízo de Direito da 1ª Vara de Família e Registro Civil da Comarca de Paulista (fls. 39/41), nos autos do Processo nº 2629-78.2010.8.17.1090, teria corrido sem a citação da FUNAPE, razão pela qual não poderia produzir efeitos *erga omnes*; e (v) a necessidade de atribuição de efeito suspensivo ao presente recurso ante o perigo de dano inverso e o risco de lesão grave e de difícil reparação.

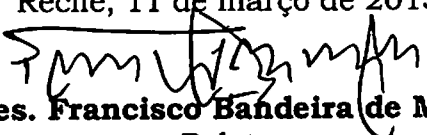
Em suas contra-razões (fls.77/83), reitera a autora/agravada os termos da exordial da ação originária, insiste no seu direito à percepção do referido benefício de pensão por morte, e pugna pela manutenção da decisão vergastada pelos seus próprios fundamentos.

O Ministério Público com assento neste Tribunal opinou (fls.89/91) “*pelo indeferimento do efeito suspensivo ao Agravo de Instrumento e, via de consequência, pelo improvimento do recurso, mantendo-se íntegra a interlocutória ora agravada*”.

É o relatório.

Inclua-se em pauta, para julgamento oportuno.

Recife, 11 de março de 2013.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº: 0294103-3

COMARCA: Paulista

AGRAVANTE: Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado
de Pernambuco - FUNAPE

AGRAVADA: Maria da Conceição Martins Dias

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

VOTO

De proêmio, registro que não há óbice à antecipação de tutela meritória contra a Fazenda Pública em matéria previdenciária, nos termos da Súmula 729 do STF.

Na seqüência, anoto que o fato gerador do benefício de pensão por morte é o óbito do seu instituidor.

Assim, o regramento para a concessão da pensão por morte deve ser o previsto na legislação vigente à época da ocorrência do fato gerador, em atendimento ao princípio *tempus regit actum*.

Verifico, segundo a documentação acostada aos autos, que o óbito do ex-segurado ocorreu em 04.11.2007 (fl.35), razão pela qual a legislação de regência no caso em exame é a Lei Complementar Estadual nº 28, de 14.01.2000 (DOPE de 15.01.2000), que veio a ser posteriormente atualizada pelas Leis Complementares nºs. 029, de 22/01/2000; 030, de 02/01/2001; 041, de 26/12/2001; 043, de 02/05/2002; 048, de 27/01/2003, 056, de 30/12/2003; 058, de 02/07/2004; 063, de 15/12/2004; 064, de 20/12/2004; 069, de 25/01/2005; 079, de 18/11/2005; 081, de 20/12/2005; e 085, de 31/03/2006.

A LC nº 28/00 assim regulamentava a matéria:

"Art.27- Serão dependentes dos segurados:

I - o cônjuge ou o companheiro, na constância, respectivamente, do casamento ou da união estável;

(...)

§2º Para efeito do disposto no inciso I, deste artigo, é reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família. (Alterado pela Lei Complementar nº 056, de 30/12/2003)."



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Conforme antedito, pleiteou a autora/agravada a sua habilitação junto à FUNAPE, como beneficiária de pensão previdenciária de seu ex-companheiro e ex-segurado Aldo de Almeida Portela, com quem alega ter convivido maritalmente por 20 (vinte) anos, dele dependendo economicamente, e com ele permanecendo sob o mesmo teto até a data de seu falecimento, razão pela qual entende fazer jus ao referido benefício.

O referido pleito restou indeferido administrativamente (fls.37/38) ante a ausência da documentação necessária à comprovação da convivência marital da requerente com o ex-segurado até a data de seu óbito, nos termos constantes do art. 27, I, da Lei Complementar Estadual nº 28, de 14.01.2000 (DOPE de 15.01.2000) c/c o art. 1.723 do Código Civil e c/o art. 21, inciso V, alíneas "e" a "r", da Instrução Normativa FUNAPE Nº 001/2006.

Pois bem.

No caso dos autos, há evidências concretas indicativas da constância da união estável (asseverada pela agravada e exigida pelo art. 27, I, da LC 28/00) mantida entre o *de cujus*, que era viúvo, e a Sra. Maria da Conceição Martins Dias, até a data do óbito do ex-segurado, notadamente a inclusão da autora/agravada como dependente do ex-segurado perante o SASSEPE (fl. 46 - 'Autorização para desconto em folha retroativo'), inclusão esta efetuada por vontade própria do *de cujus*, bem como o 'Contrato de Locação' firmado pelo casal (fls. 47/48), referente ao período de 12 de maio de 2003 a 12 de novembro de 2005, e prorrogado até 30 de setembro de 2007, e a 'Declaração' (fl. 49) prestada pelo Condomínio Residencial Parque do IPÊ, atestando que o casal nele residia nos últimos quatro anos (2003 a 2007).

Depreende-se, também, do documento acostado à fl. 44 ('Carteira de Habilitação' emitida pelo IRH), que a autora/agravada era cadastrada perante o IRH - Instituto de Recursos Humanos como 'cônjuge' do ex-segurado, que a considerava como sua 'companheira', conforme se verifica da 'declaração' (fl. 45) por ele assinada.

Ademais, a autora/agravada acostou aos autos (fls. 39/41) cópia da Ação Declaratória de União Estável (nº 2629-78.2010.8.17.1090), que tramitou perante o Juízo de Direito da 1ª Vara de Família e Registro Civil da Comarca de Paulista, e reconheceu, por sentença judicial transitada em julgado, a união estável por ela mantida com o ex-servidor.

Dita sentença, ainda que não vincule o ente previdenciário, soma-se às demais evidências indicativas da existência de união estável, para fins de compor o requisito atinente ao *fumus boni iuris*.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Assim, tenho por caracterizada a relevância da fundamentação suficiente à concessão da liminar *initio litis* (sendo clamoroso o *periculum in mora*).

Ante o exposto, **nego provimento** ao presente **agravo de instrumento**, em ordem a assegurar à agravada a percepção de pensão por morte do ex-servidor Aldo de Almeida Portela, nos termos do *decisum* de primeiro grau.

Recife, 27 de maio de 2013.

Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator